

Colômbia: da droga ao petróleo

LUIZ ALBERTO MONIZ BANDEIRA *

Embora o comunismo, como ideologia e movimento politicamente organizado, esmaecesse, depois do colapso do Bloco Socialista e da dissolução da URSS em 1991, e Cuba deixasse de sustentar a luta armada, as guerrilhas na Colômbia nunca cessaram. Tornou-se o mais longo conflito armado ocorrido no século XX, pois eclodira no final dos anos 40, como consequência da guerra civil entre o Partido Liberal e o Partido Conservador. O assassinato do líder liberal Jorge Eliécer Gaitan pelo cartel de Medellín provocou o *Bogotazo*, violentos distúrbios que ocorrerem em Bogotá, em 1948, no momento em que a IX Conferência Interamericana lá se reunia para recriar a União Pan-Americana, sob o nome de Organização dos Estados Americanos. As manifestações, com a participação dos trabalhadores e camponeses, espalharam-se por toda a Colômbia. O presidente Virgílio Barco impôs medidas de emergência e os EUA anunciaram a possibilidade de deslocar tropas para ajudar a Colômbia a combater o tráfico de drogas.¹ Mas, arrefecidas as manifestações, o setor mais radicalizado do Partido Liberal deflagrou a luta de guerrilhas, que posteriormente passou a receber respaldo da URSS, Cuba e China.

Em 1964-1965, o governo colombiano, com o apoio dos EUA através da Operation for Security of Latin America (OSAL), desencadeou a Operación Marquetalia envolvendo 16.000 soldados, helicópteros, aviões de ataque

e assessores norte-americanos, e conseguiu derrotar as guerrilhas e reconquistar as áreas onde elas haviam implantado as repúblicas camponesas, durante a repressão, conhecida como *La Violência*, em que cerca de 200 mil pessoas morreram entre 1948 e 1953. Com o respaldo de Cuba e da China, os remanescentes reagruparam-se e formaram as FARC e o Exército de Libertação Nacional (ELN), assim como o Exército Popular de Libertação, de tendência maoísta. E, no correr do tempo, a insurgência política – promovida fundamentalmente pelas FARC – expandiu-se e ocupou territórios dominados pelos negócios da droga, cuja produção e comercialização os guerrilheiros passaram a proteger por se tornar sua importante fonte de financiamento. Assim, mediante a cobrança de um “imposto” aos traficantes em territórios controlados pelas FARC e pelo ELN, os objetivos políticos da guerrilha entreteceram-se com os interesses do narcotráfico, e elas em muitos aspectos tornaram-se melhor financiadas que o governo colombiano. Por outro lado, em 1965, o governo conferiu ao exército a autoridade de armar os civis com o objetivo de sustar o avanço das guerrilhas e fazendeiros e outros proprietários começaram a organizar unidades paramilitares, que também se associaram ao narcotráfico, dando-lhe proteção e também cobrando impostos como contrapartida. Graças à intervenção providencial do exército,



essas unidades, conhecidas como Autodefensas Unidas de Colômbia (AUC), fortaleceram-se militarmente e desde 1998 implantaram-se ao oeste de Caquetá (zona de Sabaneta), assim como em Putumayo (Puerto Asís, La Hormiga e ao longo do rio Caquetá, fronteira natural entre ambos departamentos). Depois, as AUC, sob o comando de Carlos Castaño, conquistaram territórios sob o controle da ENL, particularmente na região de San Pablo, zona que foi bombardeada durante várias semanas em princípios de 1999, e atacaram regiões dominadas pela FARC, no Urubá chocoano, perto da fronteira com o Panamá, e o norte de Santander, perto da Venezuela, ameaçando com represálias o presidente Hugo Chávez e seu exército, assim como a Guardia Nacional do Panamá, sob a alegação de que protegeram e colaboraram com a guerrilha.

Um triângulo de violência, com as forças de segurança em uma das pontas e os guerrilheiros e paramilitares nas outras duas, formou-se na Colômbia, onde a luta armada converteu-se em problema crônico, pois, se nenhum governo não conseguiu extirpá-la, as FARC e o ELN também nunca tiveram condições de derrubá-lo e assumir o poder. Porém, com a queda do Muro de Berlim, a dissolução do Bloco Socialista e da própria URSS, em 1991, o comunismo deixou de representar o grande inimigo, que ameaçava a ordem econômica, social e política das democracias capitalistas do Ocidente. Cuba perdeu sua importância estratégica e a legitimidade para uma intervenção na América Latina desvaneceu-se. E sem um inimigo visível, com capacidade para confrontar seu poderio militar, os EUA trataram de descobrir novas ameaças, de modo a justificar a permanência dos sistemas nacionais e internacionais de defesa, bem como os orçamentos destinados a

sustentar o complexo industrial-militar, cuja influência o presidente Dwight D. Eisenhower denunciara, ao despedir-se do governo, em 17 de janeiro de 1961.² Essas novas ameaças, identificadas nos documentos sobre a estratégia de defesa dos EUA, eram, pela ordem de importância e capacidade de afetar o sistema capitalista, o fundamentalismo islâmico, o terrorismo e o narcotráfico. A defesa da segurança nacional constituiu a *rationale* para a militarização do combate ao narcotráfico, que começara na administração do presidente Richard Nixon (1969-1973) e se evidenciou, em 20 de dezembro de 1989, quando o presidente dos EUA, George Bush (1989-1993), ordenou a invasão do Panamá (*Just Cause Operation*), violando as leis internacionais, a pretexto de prender o presidente Manuel Antônio Noriega e submetê-lo à justiça norte-americana por tráfico de droga, mas com o objetivo de testar, em um cenário contemporâneo, o planejamento e a execução conjunta de operações de contingência em países menos desenvolvidos. Essa *rationale* – proteger a segurança nacional – permitiu prover mais recursos e armamentos para o combate ao narcotráfico, elevando o orçamento de menos de US\$ 1 bilhão, em 1970, para mais de US\$ 16 bilhões em 1999, e foi reforçada, mediante a vinculação dos movimentos de guerrilha ao negócio de drogas. Daí a expressão narcoguerrilha, cunhada nos EUA, que substituíram a luta contra o comunismo pelo combate ao narcotráfico, como pretexto para tutelar e intervir na América do Sul, destinando, em 1999, cerca de 90% dos seus custos com assistência militar e policial, e 50% do treinamento, a apenas quatro países dos Andes – Bolívia, Equador, Peru e especialmente Colômbia.

A concentração da assistência militar e policial nos quatro países andinos,

refletindo, aparentemente, o receio de que o conflito na Colômbia se expandisse e desestabilizasse a América do Sul, ocorreu no mesmo ano de 1999 em que os EUA se preparavam para devolver ao Panamá o controle do canal, até 31 de dezembro, e redistribuíam pela Florida, Puerto Rico (ilha de Vieques), Cuba (Guantánamo), Equador (Manta), Honduras, assim como nas ilhas de Curaçao e Aruba (governo holandês) as instalações militares, que desde a primeira década do século XX conformaram seu sistema de defesa e segurança, com respeito à América Latina. Os EUA ainda esperaram manter uma presença militar no istmo, mediante a criação do Centro Multilateral Antidrogas (CMA) cuja sede provavelmente ficaria na base de Howard, no lado do Oceano Pacífico do Canal já ocupada pelos militares norte-americanos. As negociações secretas com Ernesto Pérez Balladares, presidente do Panamá (1994-1999), foram abandonadas, porém, quando se tornaram públicas, e Mireya Moscoso, sua sucessora na presidência, rechaçou a implantação do CMA, porque violava o Tratado de 1977, firmado pelos presidentes Jimmy Carter e Omar Torrijos. Assim, no dia 30 de julho de 1999, o Southern Command dos EUA arriou a bandeira e se retirou do Panamá, a cujo governo deveria entregar o controle do estratégico canal inter-oceânico até 31 de dezembro.

Este acontecimento constituiu motivo de preocupação para o general Charles E. Wilhelm, comandante-em-chefe do Southern Command (USSOUTHCOM), que considerava as instalações da Forward Operating Locations, ou FOLs,³ elemento o mais crítico da nova arquitetura militar, na perspectiva do combate ao narcotráfico, pois entendia que três bases eram necessárias para compensar a perda de Howard. Por isso,

desde que a retirada do Panamá, em 1999, se afigurou inevitável, os EUA buscaram imediatamente uma alternativa, negociando acordos de modo que pudessem usar como plataformas os aeroportos existentes na América Central, Caribe e norte da América do Sul, como *Forward Operation Locations* (FOLs), para conduzir essencialmente operações aéreas multinacionais no combate às drogas. As FOLs foram então estabelecidas em Manta (Equador), em Beatrix (Aruba) e Hato (Curaçao), no Caribe, e no Aeroporto Internacional de El Salvador, Comalapa, na América Central. No entanto, embora a base militar em Manta, substituindo a de Howard, permitisse que os EUA pudessem dominar o bloco andino, controlando não só as guerrilhas na Colômbia, mas, a longo prazo, os corredores interoceânicos de toda a América, a posição do Panamá começou a preocupar os EUA. O general Charles E. Wilhelm, comandante-em-chefe do Southern Command, julgava-a “*more complicated*”⁴, devido ao fato de que as forças militares e as Forças Públicas Panamenhas não eram manejadas e treinadas nem equipadas para impedir as repetidas incursões das guerrilhas ou das unidades paramilitares no sul do Panamá, na província de Darién, fronteira da Colômbia. Segundo o general Charles E. Wilhelm, as FARC entravam no Panamá para descansar e rearmarem-se, e as unidades paramilitares igualmente violavam o mesmo território para destruir os guerrilheiros. Também vários membros do Congresso norte-americano, principalmente do Sub-Committee on Criminal Justice, Drug Policy, and Human Resources manifestaram preocupação com o fato de que a fronteira do Panamá com a Colômbia propiciava refúgio aos guerrilheiros, para evitar a perseguição das forças



militares e policiais colombianas.⁵ E oficiais do Pentágono e outros setores da administração norte-americana começaram a perceber como a grande ameaça aos seus interesses econômicos e estratégicos, representados pelo Canal do Panamá, o incoercível avanço das FARC, que com 17.000 efetivos controlavam grandes zonas do sul da Colômbia e uma zona em torno de Bogotá, enquanto o ELN, com 5.000 efetivos, dominavam o território, ao norte, ou seja, um total de aproximadamente 40% do país.⁶

O general Charles E. Wilhelm não ocultou esse temor e, durante uma audiência no Senado norte-americano, advertiu que o enfrentamento com os guerrilheiros na Colômbia punha em perigo a segurança do Canal de Panamá, acrescentando que as incursões na área fronteira representavam um impulso mais vigoroso por parte dos narcotraficantes, que utilizavam a rota do istmo, e esse fato poderia requerer uma intervenção militar unilateral de tropas norte-americanas. Essa declaração provocou protesto dos governos tanto do Panamá como da Colômbia, levando o secretário de Estado adjunto, Peter Romero, a reunir-se em Washington com o embaixador do Panamá, Eloy Alfaro, e entregar-lhe uma nota de esclarecimento, em que desautorizava o general Charles E. Wilhelm. Não obstante esse desmentido, a hipótese de intervenção unilateral dos EUA na Colômbia certamente fora aventada. Quando o processo de negociações de paz começou, em final de 1998, o presidente Bill Clinton declarou que os EUA dariam dois anos ao presidente Andrés Pastrana para alcançar um acordo de paz com as FARC, pois, caso contrário, resolveria o problema a seu modo. Esta disposição era consistente com o princípio estratégico dos EUA, segundo o qual a decisão de usar a força seria

ditada primeiro e acima de tudo pelos interesses nacionais dos EUA, em áreas específicas, e onde seus “*vital interests are at stake, our use of force will be decisive and, if necessary, unilateral*”.⁷ Entretanto, a alternativa excogitada para evitar a ação unilateral dos EUA, foi a criação de uma força multilateral de intervenção, o que implicava a regionalização do conflito colombiano, e desde 1998 a política de Washington orientou-se nesse sentido. O próprio general Charles E. Wilhelm, perante o Senado, ressaltou que o conflito na Colômbia, por ele estigmatizado como “*malignant cancer*”, tinha dimensão internacional, inclusive porque os insurgentes e narcotraficantes encontravam santuários na província de Darién, fronteira do Panamá com a Colômbia, na Venezuela e no Equador, assim como, em menor escala, no Peru e no Brasil, cujo governo continuava a desenvolver o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), orçado em US\$1,4 bilhões, reestruturara sua organização nacional contra os negócios de droga e intensificara as operações militares no vasto estado do Amazonas.⁸

Os EUA alarmaram-se, no entanto, com o fato de que as FARC foram capazes de coordenar, no começo de julho de 1999, ampla ofensiva em quase todo território da Colômbia, “*in the second most populace nation of South America*”, sem que os serviços de inteligência norte-americanos detectassem qualquer indício concreto de suas intenções.⁹ Cerca de 500 guerrilheiros chegaram a apenas 50 km. ao sul de Bogotá, e travaram intensos combates, em uma zona montanhosa, contra 2.500 efetivos do Exército e das forças policiais, que contavam com a cobertura de aviões e helicópteros. Diante dessa ofensiva nacional, em que, de acordo com as notícias, cerca de 134 guerrilheiros e 17 policiais morreram, o presidente Andrés



Pastrana teve de decretar o toque de recolher em quase um terço do país. Mas as operações de guerrilhas não cessaram. Pouco tempo depois, em agosto de 1999, as FARC acometeram Urubá¹⁰, no departamento de Chocó, zona de interesse estratégico, situada na fronteira do Panamá. Ali havia jazidas de petróleo, bem como importantes reservas de gás natural, exploradas por companhias norte-americanas e britânicas, e os EUA, desde os meados do século XIX, planejavam aproveitar o rio Atrato, ligando-o ao rio San Juan, para abrir um canal inter-oceânico, que duplicaria o do Panamá. Esse ataque aumentou o nervosismo no Pentágono e em outros setores de Washington, ao adensar os informes, que generais norte-americanos diziam conhecer, sobre um plano para cortar a via entre os dois oceanos e provocar um colapso do comércio mundial.¹¹ Esses e outros acontecimentos geraram ou fundamentaram em Washington a percepção de que as negociações com a FARC, iniciadas em 1998 pelo presidente da Colômbia, Andrés Pastrana, não evoluíam por um bom caminho.¹² Militares no Pentágono e outras autoridades em Washington avaliavam que os esforços de paz fracassaram e serviram tão somente para deixar as guerrilhas mais fortes e mais definidas, conforme a opinião que o senador Jeff Sessions, de Alabama, expressou, acrescentando não estar seguro de que se conseguisse qualquer coisa antes de que os guerrilheiros fossem derrotados no campo de batalha.¹³ Assim o general Charles Wilhelm também pensava e insistiu, perante o comitê do Senado norte-americano sobre o controle internacional do tráfico de drogas, que as guerrilhas deveriam ser primeiro derrotadas no campo de batalha, antes de qualquer iniciativa de paz.¹⁴ Essa opinião refletia

o ânimo existente nos EUA, que jamais aceitariam um acordo de paz que implicasse deixar 40% da Colômbia sobre o controle dos comunistas, e receavam que as guerrilhas se expandissem a outros países. O próprio general Wilhelm advertiu que a instabilidade na Colômbia poderia ameaçar a América do Sul inteira, receio igualmente manifestado pelo senador Mike Dewine, de Ohio,¹⁵ e outros políticos. Por outro lado, embora os EUA estivessem a aumentar sua assistência militar para que o governo de Andrés Pastrana lançasse uma ofensiva contra o território ocupado pelos guerrilheiros, tanto os militares quanto os senadores não criam que suas forças de segurança – o Exército com cerca de 122.000 efetivos, e a força de polícia, com aproximadamente 104.000 – fossem capazes de reconquistar Putumayo e Caqueta, fonte de dois terços da coca produzida na Colômbia, uma vez que elas careciam de treinamento, inteligência, mobilidade e bom sistema de comunicação.¹⁶ E os norte-americanos ainda mais se alarmaram com uma estimativa feita pelo *Defense Intelligence Agency* (DIA), serviço de inteligência do Exército norte-americano, e revelada por *The Washington Post*, prevendo que os guerrilheiros poderiam derrotar o Exército colombiano, dentro dos próximos cinco anos, a menos que o governo de Bogotá reconquistasse a legitimidade política e reestruturasse drasticamente suas Forças Armadas.

A evolução dos acontecimentos apontava, portanto, para uma intervenção direta dos EUA na Colômbia, onde já havia 200 assessores militares norte-americanos. A Administração Clinton, porém, estava aparentemente dividida em duas tendências. Uma temia que essa assistência militar resultasse na escalada



do conflito, tal como acontecera no Vietnã, tanto que alguns analistas políticos já referiam o embaciamento das linhas entre a campanha contra as drogas e o combate às guerrilhas como possível “Vietnamization” da política norte-americana na Colômbia. A outra tendência, liderada pelo general Barry McCaffrey¹⁷, diretor da *National Drug Policy Control Office* dos EUA, pretendia incrementar a assistência e enviar mais assessores militares, a fim de intensificar o treinamento do Exército na Colômbia, ou encorajar uma intervenção militar multinacional na Colômbia, executada por alguns estados da América do Sul, sem um envolvimento direto dos EUA, pelo menos no primeiro momento. Em depoimento prestado ao *Committee on Government Reform, Subcommittee on Criminal Justice, Drug Policy, and Human Resources*, em 6 de agosto de 1999, general Barry McCaffrey ressaltou que as unidades de guerrilha encontravam santuários no Panamá e também cruzavam as fronteiras do Equador, Venezuela e Peru, de modo que a insurgência, que fora mais um problema interno da Colômbia, estava recebendo combustível com os negócios de droga e ganhando significação para a segurança regional.¹⁸ Com tal percepção, poucas semanas depois ele viajou para a América do Sul e, a partir de 23 de agosto de 1999, visitou Brasil, Bolívia, Peru e Argentina, onde descreveu dramaticamente a situação colombiana, urgiu privadamente os chefes de governo dos quatro países a participarem de uma intervenção multinacional contra as FARC, que não tinham interesse no processo de paz, segundo sua opinião. McCaffrey ponderou, entretanto, que para os EUA seria “uma loucura” intervir militarmente na Colômbia, razão pela qual era necessário buscar o apoio da região para solucionar o problema. A alternativa para o processo de paz,

proposta por ele, consistia em desfechar uma ofensiva com cinco batalhões colombianos, que os EUA já estavam treinando e equipando, e recorrer à intervenção militar multilateral, se ela malograsse. O prazo para que as negociações com a FARC concluíssem um acordo era janeiro de 2000, quando Andrés Pastrana, não conseguindo estabelecer a paz, declararia o estado de guerra interna na Colômbia e solicitaria assistência dos países vizinhos, notadamente Peru, Equador e Brasil, cujas forças se uniriam aos cinco batalhões treinados por assessores norte-americanos, enquanto navios de guerra dos EUA, na costa da Colômbia, sustentariam a intervenção com mísseis e ataques aéreos.

A Argentina já estava a colaborar estreitamente com os EUA, em operações conjuntas para o combate ao tráfico de droga e à insurgência, quiçá, entre outros motivos, com vistas a uma atuação na Colômbia. Membros da Gendarmeria Nacional e da DEA haviam executado uma operação chamada *Operativo Area Frontera Norte*, ocupando uma casa alugada na Calle Santiago del Estero, na província de Salta, e lá 30 policiais argentinos trabalhavam, independentemente da sua cadeia de comando, sob a supervisão dos norte-americanos. Essa operação conjunta EUA-Argentina, da qual o governador de Salta, Juan Carlos Romero, tivera conhecimento, mas não fora oficialmente consultado, podia constituir, segundo os rumores, o começo do projeto para o estabelecimento de uma base operacional dos EUA na Argentina. De fato, em 5 de setembro de 1999, *El Clarín*, de Buenos Aires, noticiou que Menem havia oferecido aos EUA para treinamento em combate na selva de suas unidades de contra-insurgência, os boinas verdes (*Green Berets*), a Escuela



de Monte¹⁹, que o Exército possuía na província de Misiones, com 10.000 hectares e em uma zona muito próxima da fronteira com o Brasil. Esse oferecimento atendia à demanda do Pentágono, interessado em encontrar novos lugares de treinamento para substituir a do Panamá e estacionar os milhares de soldados, que de lá se retirariam até 31 de dezembro de 1999²⁰ e não retornariam aos EUA, pois o próprio Clinton considerava necessário fortalecer a presença militar norte-americana no continente. O *transfondo* desse oferecimento foi o pedido para a admissão da Argentina como membro pleno da OTAN, e Menem²¹ quis dar uma demonstração efetiva de seu propósito de colaborar com os EUA, inclusive em uma eventual intervenção na Colômbia. McCaffrey, na conversa com Menem em Buenos Aires, referiu-se ao estabelecimento do contingente militar dos EUA em Misiones como “*army delegation*”, em lugar de “*military base*”, porque a constituição da Argentina proibia a presença de tropas estrangeiras em território nacional. Mas, na verdade, o projeto, se concretizado, transformaria a Escuela de Monte, cujos custos o Pentágono assumiria, em uma base norte-americana, permitindo que os Boinas Verdes (*Green Berets*) treinassem seus comandos, e realizassem freqüentes manobras conjuntas com os militares argentinos, como já anteriormente haviam feito, nessa mesma região de Misiones, gerando suspicácias no Exército brasileiro.²²

Em tais circunstâncias, o presidente da Argentina, Carlos Menem, já havendo aceito as tarefas de polícia, para o combate ao narcotráfico etc., designadas pelo Pentágono para as forças armadas da América Latina, logo ofereceu seu apoio a uma eventual intervenção na Colômbia. Antes mesmo da visita de

McCaffrey a Buenos Aires²³, ele proclamara publicamente sua disposição de oferecer tropas para intervir na Colômbia, caso o presidente Andrés Pastrana solicitasse ajuda. E ao próprio McCaffrey manifestou a opinião de que “*ya no se debe negociar*” com os grupos guerrilheiros, pois era necessário “*recuperar el terreno perdido*”, ou seja, o enorme território da Colômbia, da ordem de 30% 40%, controlado pelas FARC.²⁴ Ao que tudo indicou, não foi mero acaso que seu pedido para a admissão da Argentina como membro pleno da OTAN coincidiu com a perspectiva de intervenção na Colômbia, aberta pelos EUA, diante da incapacidade do presidente André Pastrana de conter o incoercível avanço das Fuerzas Armadas Revolucionárias Colombianas (FARC), que já controlavam 40% do seu território, dominando a situação em cerca de 650 municípios, quase todos nas fronteiras com outros países, embora não fossem os mais povoados. O Departamento de Estado qualificara esse avanço do narcotráfico como um problema de segurança para o resto da região e o próprio Clinton, em julho de 1999, afirmara que décadas de luta armada na Colômbia constituíam uma “*national security issue*” para os EUA e que faria todo o possível para solucioná-la.

Da perspectiva militar, porém, a intervenção na Colômbia, realizada por uma força multinacional, sob controle norte-americano, possibilitaria que os EUA desenvolvessem novas estratégias e experimentassem sua capacidade de coordenar as Aruba-Curaçao, El Salvador e Manta, de onde seus aviões DCH-7 partiam para sobrevoar o território da Colômbia, registrando as imagens infra-vermelhas dos guerrilheiros colombianos e realizando a leitura de suas comunicações pelo rádio, a fim de transmiti-las ao comando das

Forças Armadas em Bogotá.²⁵ Mesmo antes da visita de McCaffrey, o presidente do Equador, Jamil Mahuad, já ordenara que suas Forças Armadas aumentassem a vigilância na fronteira norte. A proposta para uma intervenção multinacional também contava com a simpatia de Alberto Fujimori, presidente do Peru, que despachara de 2.000 a 5.000 soldados para a fronteira da Colômbia, e quatro navios de guerra e unidades de fuzileiros navais para o litoral, ao mesmo tempo em que ordenava revisão da lei de recrutamento militar ante a possível ameaça das guerrilhas colombianas à segurança nacional do Peru. Por essa razão, o líder do Partido Liberal da Colômbia, Horácio Serpa, acusou os EUA de estar atrás da decisão do Peru e outros países vizinhos de militarizar as fronteiras com a Colômbia, por suposto temor de incursões de guerrilheiros e narcotraficantes. Mas a colaboração entre os presidentes Mahuad e Fujimori, nos preparativos para uma eventual intervenção na Colômbia, só foi possível porque o Peru, Equador e os países garantes (Argentina, Brasil, Chile e EUA), após árduas negociações, haviam assinado em 30 de maio de 1998 a Declaração de Brasília, dando solução definitiva ao antigo litígio fronteiriço, que em 1995 levava os dois países a outro enfrentamento armado, nas cercanias do Cenepa, confluência dos rios Santiago e Yaupi, e na Cordillera del Condor.²⁶

Segundo informações que Vladimiro Montesinos, chefe do Serviço de Inteligência Nacional, no Governo Fujimori, deixou transpirar, o Peru e o Equador seriam os protagonistas em uma eventual operação multilateral na Colômbia que se realizaria a pedido do presidente Andrés Pastrana, sob forma de incursões diretas contra os acampamentos das FARC nas fronteiras de dos dois países e vigilância das zonas de onde o Exército colombiano houvesse

expulsado a guerrilha. Da operação participariam 120.000 homens, em um período de 45 a 60 dias, apoiados por duas divisões aerotransportadas, duas forças especiais do Exército, três divisões de *marines* e 200 aviões C-5 y C-141. De acordo com o jornal *El Espectador*, de Bogotá, o desmantelamento de um bando peruano, que contrabandeava armas da Jordânia para as FARC, conforme anunciado pelo próprio presidente Alberto Fujimori, do Peru²⁷, visou a criar as condições para essa intervenção militar na Colômbia. Foi, aliás, o próprio Vladimiro Montesinos, responsável pela compra de cerca de 10.000 fuzis AKM, lançadas em pára-quedas para as FARC em território colombiano²⁸, quem difundiu, ao mesmo tempo, o rumor sobre a grave situação na Colômbia e informou ao jornalista Genaro Delgado Parker e a três generais, em 21 de abril de 1999, que a intervenção se consumiria em outubro.²⁹ Contudo, em princípios de setembro de 2000, o escândalo do tráfico de armas, compradas à Jordânia e desviadas para FARC, abalou ainda mais a posição de Fujimori. Sarkis Soghanalian Kopelian, membro de uma família armênia de traficantes de armas, com nacionalidade turca, e antigo colaborador da CIA, também conhecido como “O Mercador da Morte”, confirmou publicamente que vendeu ao governo do Peru as armas compradas na Jordânia e das quais ele foi intermediário. Esse escândalo comprometeu Fujimori. A secretaria de Estado, Madeleine Albright, demandou então que ele convocasse novas eleições e pressionou o Panamá para que desse asilo a Montesinos, a pretexto de que a sua saída facilitaria o processo democrático, no Peru, onde, cerca 1.100 km ao sul de Lima, perto da fronteira com o Chile e a Bolívia, ocorreu em outubro de 2000 um levante militar, liderado por um oficial chamado Ollanta



Humala Tasso, que exigiu a renúncia de Fujimori e a prisão e o julgamento de Vladimiro Montesinos.³⁰

A crise no Peru decerto dificultou a situação com vistas a uma eventual intervenção na Colômbia. Brasil, por vez, recusou-se firmemente a participar de qualquer tipo de operação multilateral, com o objetivo de combater os traficantes e as guerrilhas das FARC e do ELN, conquanto intensificasse os esforços na repressão ao narcotráfico e deslocasse 6.000 soldados para a fronteira do Amazonas. E não apenas se recusou a colaborar na intervenção como não aceitou a expansão da presença norte-americana, sob pretexto estratégico-militar ou de combate ao narcotráfico, porque percebia a ameaça dos EUA, visando ao controle de todo o vale do Amazonas, no espraiamento de suas instalações militares na Colômbia, mediante o reforçamento das bases em Caquetá (Florescia), em Putumayo (Tres Esquinas – sede do Batalhão Antidrogas, Macao, La Tagua, Puerto Leguízamo), e no Equador (Puerto Manta), porta de acesso às fronteiras Peru-Colômbia-Ecuador. O Panamá negou-se igualmente a apoiar uma intervenção multinacional na Colômbia. A chefe do governo, Mireya Moscoso, rechaçou a alegação de que o conflito com as FARC pudesse desbordar, ameaçando a segurança do canal, não obstante reforçar a guarda nacional na fronteira de Darién, para onde deslocou 2.000 efetivos, e aceitar a permanência no Panamá de 3.300 soldados norte-americanos até depois do ano 2000. Também a Venezuela recusou-se a colaborar em qualquer operação multinacional na Colômbia e o presidente Hugo Chávez não apenas admitiu as guerrilhas como parte legítima do conflito, dispondo-se a intermediar as negociações com a FARC, como sustentou a decisão de não permitir que aviões militares dos EUA,

procedentes das bases de Aruba e Curaçao, atravessassem o espaço aéreo da Venezuela, a pretexto do combate ao narcotráfico, sem explícita autorização. Essa objeção refletiu o receio existente nas Forças Armadas venezuelanas, dentro das quais fortes setores se preocupavam com a questão da soberania nacional e supunham que os aparelhos norte-americanos estacionados em Aruba e Curaçao não se limitavam às missões de reconhecimento, pois entre eles havia aviões de guerra F-16.

Dentro desse contexto, Bill Clinton, em 31 de agosto de 2000, viajou para Cartágena de las Indias, onde se encontrou com Andrés Pastrana e anunciou o lançamento do Plano Colômbia³¹, que previa um investimento de US\$7,5 bilhão³², em cinco anos, a pretexto de combater o narcotráfico, fomentar o desenvolvimento econômico do país e financiar culturas alternativas em substituição às plantações de coca. Esse fato gerou enorme apreensão em vários países, sobretudo no Brasil, que recebeu com extrema cautela a movimentação dos EUA na região. O ministro das Relações Exteriores, embaixador Luiz Felipe Lampréia, mesmo reconhecendo que Colômbia tinha o direito soberano de aceitar ajuda externa, manifestou publicamente sua preocupação com o impacto que a execução do Plano Colômbia produziria sobre o território brasileiro, na medida em que o conflito na Colômbia se intensificasse, a partir de janeiro de 2001, data prevista para o começo do treinamento militar e o uso do material bélico. O governo brasileiro receava que o narcotráfico se deslocasse para seu território e guerrilheiros ou militares colombianos o invadissem, ou que fungos (*Fusarium oryzae*) ou outras armas químicas e biológicas, eventualmente empregadas pelos EUA

para destruir as plantações de coca, contaminassem os rios da Amazônia. Outrossim, no seu entendimento, não se podia vincular a necessidade de combater negócio das drogas com o problema da insurgência, que era da competência interna da Colômbia e devia ser politicamente resolvido, embora esta posição não significasse simpatia por qualquer solução tendente a ceder às FARC e ao ELN as zonas conquistadas, por implicar uma renúncia do estado colombiano à soberania sobre seu território. Entretanto, o governo brasileiro considerava que a via militar, como os EUA propunham, não resolveria a crise e recusou-se terminantemente a permitir a utilização de qualquer base ou outras instalações militares em seu território para operações na Colômbia, solicitada pela secretária de Estado, Madeleine Albright. Nas Forças Armadas, aliás, o Plano Colômbia foi percebido por muitos militares como o Cavalo de Tróia dos EUA para dominar as nascentes do rio Amazonas, o que suscitou a conjectura de que o combate ao narcotráfico e às guerrilhas viesse a servir como pretexto para a ocupação dissimulada da Amazônia, sob a alegação de que o Exército brasileiro não estava em condições de controlar a região e impedir o trânsito de alimentos e armas para as FARC. Suspeita houve de que por trás do Plano Colômbia havia uma estratégia, que visava a redesenhar o mapa da América do Sul, e afigurou-se ao senador José Sarney, bem como a vários militares, que o Plano Colômbia, colocando os americanos, militarmente, na Amazônia, representava o começo de sua internacionalização, pois os EUA tinham um plano de ajuda militar à Guiana e uma rede de monitoramento estendida desde o Panamá.

Nos dias seguintes ao lançamento do Plano Colômbia, 1 e 2 de setembro, doze

chefes de estado da América do Sul, pela primeira vez, reuniram-se em Brasília, a convite do presidente Fernando Henrique Cardoso, e emitiram uma declaração, na qual, afirmando que “a América do Sul quer afirmar-se como um espaço comum de prosperidade”, anunciaram o estabelecimento, a partir de janeiro de 2002, de uma área de livre comércio entre o Mercosul ampliado e a Comunidade Andina, a inclusão da Guiana e do Suriname nesse processo, e prometeram lutar por uma “globalização mais simétrica”, que eliminasse as distorções resultantes do protecionismo nos mercados desenvolvidos e da instabilidade do sistema financeiro internacional.³³ Não houve deliberadamente qualquer menção ao Plano Colômbia, embora os chefes de estado emitissem uma declaração de apoio ao processo de paz na Colômbia e ao presidente Andrés Pastrana. Contudo, a questão do narcotráfico e das guerrilhas na Colômbia esteve na pauta das conversações e consistiu um dos principais temas de debate, ao gerar enorme preocupação devido à possibilidade de que viesse a promover a *vietnamização* do conflito, que já durava quatro décadas e poderia desbordar para os países fronteiriços. O presidente Fernando Henrique Cardoso e outros chefes de governo invocaram o espectro da Guerra do Vietnã, temendo o envolvimento cada vez maior dos EUA e de outros países da América do Sul por não poderem livrar-se do conflito. “Nós temos de estar alerta para evitar a *vietnamização* da região – o presidente da Venezuela, Hugo Chávez declarou à imprensa. Este receio também Henry Kissinger, ex-secretário de Estado na Administração Nixon, manifestou. Embora visse na Colômbia o desafio de política exterior que mais ameaçava os EUA na América Latina, ele percebeu a similitude da situação da Colômbia com

a do Vietnã, que levou os EUA, primeiro, a um beco sem saída e, em seguida, à frustração.³⁴ No seu entendimento, o Plano Colômbia, ao dar ênfase quase exclusiva à uma solução militar, resultaria virtualmente em fracasso, pois o combate ao narcotráfico requeria não apenas helicópteros e batalhões do exército, mas uma política ambiciosa e generosa de desenvolvimento rural alternativo.³⁵ A Guerra do Vietnã - Kissinger recordou - “*begun as an effort to use American technology to defeat indigenous guerrillas*”.³⁶

O anúncio do Plano Colômbia pelo presidente Clinton, colocando no centro dos desafios estratégicos da região o combate à chamada narcoguerrilha, e a reunião dos 12 chefes de estado da América do Sul, convocada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, dois acontecimentos quase simultâneos, refletiram, em realidade, a contradição de interesses econômicos, políticos e geopolíticos, que esgarçava o relacionamento e aguçava a rivalidade entre o Brasil e os EUA. Empacotado juntamente com projetos de desenvolvimento econômico e social, o Plano Colômbia, concebido segundo uma lógica militar, equacionava o conflito exclusivamente em sua dimensão armada, destinando mais de US\$ 1,2 milhão - cerca 80% dos US\$ 1,3 bilhão prometidos pelos EUA - à compra de material bélico, inclusive aviões, 30 helicópteros tipo Black Hawk e 33 tipo Huey³⁷, pelo Exército colombiano, e apenas US\$ 238 milhões à promoção dos direitos humanos e ao reforço da democracia e do sistema judicial. Em realidade, ele encobria uma estratégia de guerra, da qual a rede de FOLs, ou seja, das bases, instalada em Manta (Equador), em Beatrix (Aruba) e Hato (Curaçao), constituía um dos componentes essenciais, e tudo indicava que os EUA repetiriam a experiência de

Kosovo, dado que uma intervenção por terra nas províncias de Caquetá, Putumayo e na Amazônia colombiana custaria muitas perdas de vida. Moveriam, portanto, a guerra através de intenso bombardeio das regiões dominadas pelas FARC e o ELN, complementado com a aspersão de agentes biológicos sobre os cultivos de coca, e contavam. E queriam a participação das forças armadas dos países da região, nos teatros de combate, para evitar o isolamento dos EUA, razão pela qual o Departamento de Estado e o Pentágono recorreram à retórica anti-droga e empenharam-se em apresentar o conflito na Colômbia como *hemispheric problem*, tal como fizeram com a questão de Cuba nos anos 1960.

A promoção do Plano Colômbia, em Cartágena de las Indias, não visou, entretanto, a combater apenas o narcotráfico e as guerrilhas da FARC. Ele encapou interesses econômicos que se entrançavam com objetivos políticos e estratégicos. A estabilização da Colômbia, obviamente, interessava aos EUA. O Departamento de Estado sempre avaliara a importância desse país, devido, em larga medida, à sua estratégica posição, dominando os dois oceanos - o Atlântico e o Pacífico - nas proximidades do Canal do Panamá.³⁸ A Colômbia, entretanto, havia também emergido, em anos recentes, como um dos maiores produtores de petróleo do hemisfério ocidental. De acordo com o Departamento de Energia norte-americano, sua produção saltou de apenas 100.000 barris por dia, no início de 1980, para aproximadamente 844,000 barris em 1999, o que significou um aumento de 750%. A Colômbia passou assim a ocupar a sétima posição como um dos maiores exportadores de petróleo, cujas maiores reservas, bem como de gás natural, ainda não haviam totalmente exploradas, segundo os

especialistas. A participação da Colômbia no fornecimento de petróleo aos EUA ainda não era crítica em fins de 1999. Havia outros fornecedores – sobretudo os países localizados no Golfo Pérsico – que eram maiores. Mas aos EUA não convinha depender demasiadamente do petróleo oriundo daquela região, pois os diversos conflitos que lá ocorriam podiam ameaçar o seu abastecimento. E a perspectiva era a de que, caso outras jazidas fossem descobertas e a sua produção continuasse a aumentar, a Colômbia se tornasse o maior fornecedor dos EUA, que necessita de todo o óleo que possa importar, porquanto se previa que sua própria produção caísse cair de 9,5 milhões de barris por dia, em 1997, para 8,7 milhões, em 2020, e que seu consumo saltasse de 18 para 25 milhões de barris por dia, no mesmo período. Por isto, desde que assumiu o governo em 1993, Bill Clinton tratou de diversificar as fontes de suprimento dos EUA como um objetivo estratégico, dando crescente ênfase da África, do Mar Cáspio e, especialmente, da América Latina, com prioridade para a Colômbia e a Venezuela.

Além de ricas jazidas de petróleo, em Putumayo, fronteira com o Equador, existia na Amazônia colombiana, cuja biodiversidade só era inferior à do Brasil³⁹, abundância de recursos hídricos e florestais, que atraíam investimentos internacionais e constituíam recursos estratégicos para o país. E o que Clinton pretendeu em Cartágena de las Indias foi legitimar a presença militar dos EUA na América do Sul. A Colômbia convertera-se no seu terceiro maior beneficiário da assistência militar, abaixo de Israel e do Egito, desde que em novembro de 1998 o Congresso concordara em triplicar para US\$ \$289 milhões os recursos que lhe destinavam. Os EUA haviam também duplicado a assistência militar ao

Equador, de US\$ 3,8 milhões, em 1997, para quase US\$ 7,4 milhões em 1999, e obtiveram facilidades logísticas no aeroporto de Manta. E esse país, com a economia dolarizada e o aeroporto de Manta elevado à condição de importante base militar, tornara-se o centro das operações de suas operações, como Honduras o fora durante as guerras na América Central nos anos 80. Os EUA estavam assim a distender seu virtual domínio, desde o Caribe e o Panamá, passando pela Guiana, até a Colômbia, Equador e Peru, cujo governo também se desestabilizou, em meio de escândalos com Vladimiro Montesinos, chefe do SIN⁴⁰, envolvendo o presidente Alberto Fujimori, que o Congresso destituiu por “incapacidade moral”, em novembro de 2000, cerca de cinco meses depois de que ele se reelegera fraudulentamente para um terceiro mandato (22 de maio de 2000).⁴¹

A crise no Peru e a falta de suporte dos maiores países da região entre outros fatores, concorreram, aparentemente, para que a intervenção militar na Colômbia não se efetivasse. Sem a participação do Brasil e da Venezuela, com apenas tropas da Argentina, Peru e Equador, essa intervenção militar repercutiria mal em todo o mundo. Entrementes, segundo constou nos EUA, a indústria bélica, descontente com a Administração Clinton que só ameaçava mandar tropas para o Oriente Médio, mas sempre protelava os planos, e não promovera intervenção armada na Colômbia, resolveu apoiar o candidato do Partido Republicano, nas eleições 2000. George W. Bush foi escolhido por meio de um golpe civil, com o respaldo do Poder Judicial, para assumir a presidência dos EUA. E o ataque às Torres Gêmeas do World Trade Center, em 11 de Setembro de 2001, bem como a questão com o Iraque desviaram as suas atenções para o Mar Cáspio e o

Iraque, cujas imensas jazidas de petróleo e gás natural havia muito tempo os EUA desejavam controlar e onde o teatro de

guerra se afigurava mais fácil do que nas selvas da Amazônia colombiana.



* **LUIZ ALBERTO MONIZ**

BANDEIRA é Doutor em Ciência Política, professor titular (aposentado) de História da Política Exterior do Brasil na Universidade de Brasília e autor de várias obras sobre as relações dos EUA com o Brasil e os demais países da América Latina, entre os quais *Presença dos EUA no Brasil, de Marti a Fidel*.

¹ Ethan Bronner, "US aide talks of troop help for Colombia," *The Baltimore Sun*, August 21, 1989, p. 1.

² Cook, Fred J. – *O Estado Militarista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, pp. 7-10.

³ Esses acordos, chamados pelo Departamento de Defesa dos EUA *Forward Operating Locations*, ou FOLs, permitiam que os aviões norte-americanos de reconhecimento e monitoramento tivessem acesso a aeroportos ou bases estrangeiras. As instalações dos aeroportos e bases eram de propriedade e operadas pelos países hospedeiros e nelas ficava estacionado um pequeno número de militares, de agentes do DEA (*Drug Enforcement Agency*), da Guarda Costeira e da alfândega para apoiar os aviões norte-americanos e coordenar comunicações e coleta de inteligência.

⁴ Statement of General Charles E. Wilhelm, U.S. Marine Corps Commander in Chief, U.S. Southern Command before the Senate Caucus on International Narcotics Control - 21 September 1999.

⁵ Ana Maria Salazar, Deputy Assistant Secretary of Defense for Drug Enforcement Policy and Support, United States House Of Representatives, Committee on Government Reform, Subcommittee on Criminal Justice, Drug Policy, and Human Resources – "Counter-Drug Implications Of The U.S. Leaving Panama", June 9, 2000. Statement For The Record, distributed by the Office of International Information Programs, U.S. Department of State. Web site: <http://usinfo.state.gov> - Washington File

⁶ O general Barry McCaffrey estimou em cerca de 20.000 o número de guerrilheiros na Colômbia. Statement by General Barry R. McCaffrey, Director, Office of National Drug Control Policy Before the House Committee on

Government Reform, Subcommittee on Criminal Justice, Drug Policy, and Human Resources - The Evolving Drug Threat in Colombia and other South American Source Zone Nations - August 6, 1999.

⁷ *A National Security Strategy For A New Century* - The White House Office Of The Press Secretary January 5, 2000 The White House December 1999.

⁸ Statement of General Charles E. Wilhelm, United States Marine Corps Commander-in-Chief US Southern Command Before the Senate Caucus on International Narcotics Control - 21 September 1999.

⁹ Ibid.

¹⁰ O Urubá chocoano era uma zona produtora de bananas e lá havia rica reserva de água doce, com a maior de maior pluviosidade na Colômbia. Os paramilitares arrasaram-na em 1994 e o conflito armado provocou o êxodo de sua população para a fronteira do Panamá, que se intensificou desde 1996.

¹¹ García Lupo, Rogelio - "La intervención militar en Colombia", *Tiempo* nº. 903, Madrid.

¹² Em 8 de junho de 1999, o Congresso colombiano rechaçou uma reforma política proposta pelo presidente Andrés Pastrana, que incluía poderes especiais para que o chefe de estado fosse o condutor supremo do processo de paz com a guerrilha, até depois de dois anos de terminado seu mandato presidencial, e também o autorizava a conceder indultos e amnistia a membros de grupos rebeldes, a criar zonas especiais de paz dentro do território nacional e a destinar recursos a grupos rebeldes.

¹³ *Colombia: Counter - Insurgency Vs. Counter - Narcotics - Hearing before the Senate Caucus on International Narcotics Control* - One Hundred Sixth Congress, First Session, September 21, 1999 U.S. Government Printing Office, Washington: 2001.

¹⁴ Ibid.

¹⁵ Ibid.

¹⁶ Statement by General Barry R. McCaffrey, Director, Office of National Drug Control Policy before the House Committee on Government Reform, Subcommittee on Criminal Justice, Drug Policy, and Human Resources - The Evolving Drug Threat in Colombia and other South American Source Zone Nations.

¹⁷ Um repórter veterano do periódico norte-americano *New Yorker*, Seymour Hersh, vencedor do prêmio Pulitzer Prize, revelou que o general Barry McCaffrey, que lutara na guerra do Vietnã, dirigiu em 1991 o massacre de centenas de soldados do Iraque dois dias depois do cessar fogo e terminar a Guerra do Golfo.

¹⁸ Statement by General Barry R. McCaffrey, Director, Office of National Drug Control Policy before the House Committee on Government Reform, Subcommittee on Criminal Justice, Drug Policy, and Human Resources - The Evolving Drug Threat in Colombia and other South American Source Zone Nations, August 6, 1999.

¹⁹ Na Escuela de Monte o ejército transandino da Argentina preparava o batalhão de caçadores ou tropas de elite. Internacional - 06 de Septiembre de 1999 - La Tercera en Internet.

²⁰ Muitos contingentes já se haviam sido trasladados para novas instalações militares em Aruba, Puerto Rico, Miami e Equador, entre outros lugares.

²¹ Menem já promovera a criação do centro argentino de formação de inter-exércitos em operações de paz, que funcionava desde 1995.

²² O Exército brasileiro rejeitara proposta do Pentágono, para a realização de operações conjuntas de treinamento na Amazônia, recebendo como contrapartida a oportunidade de fazê-las no território norte-americano, o que o Alto Comando rejeitou, sob a alegação que somente se fazia treinamento em regiões onde se supunha que as tropas um dia tivessem de lutar e que o Brasil jamais imaginara combater dentro dos EUA.

²³ McCaffrey não se encontrou apenas com Menem. Dado que as eleições para a presidência da República ocorreriam em 24 de outubro, ele também se entrevistou com os candidatos Eduardo Duhalde, do Partido Justicialista, e Fernando de la Rúa, da Frente País Solidário (FREPASO).

²⁴ Young, Gerardo y Gerschenson, Ana – “Menem dio apoyo total a EE UU por Colombia”, in *El Clarin*, 29.8.1999.

²⁵ García Lupo, Rogelio -“La intervención militar en Colombia”, *Tiempo* n°. 903, Madrid.

²⁶ O litígio fronteiriço, que irrompeu em 1941 entre o Peru e o Equador, consistiu na demarcação de uma linha fronteiriça de cerca 78 km em plena selva amazônica.. Em 19 de janeiro de 1942, enquanto parte do Equador estava ocupada pelas tropas do Peru, ambos os países firmaram o Protocolo do Rio de Janeiro. Argentina, Brasil, Chile e EUA assinaram o protocolo como garantes. O problema da demarcação da zona da cordilheira do Condor

decorreu porque o Protocolo do Rio de Janeiro deixou de estabelecer a fronteira precisa e o laudo arbitral do capitão brasileiro Brás Dias de Aguiar, elaborado em 1945, não resolveu todos os problemas. A geografia da zona, depois de haver sido estudada, não correspondeu ao descrito no laudo: a divisória de águas, referência para a demarcação da fronteira, não dividia os rios Zamora y Santiago mas o Zamora e o Cenepa, cuja extensão era desconhecida até então. Era um fato que o tratado não mencionava e que o Equador julgou decisivo. Uma vez que o Cenepa seria uma abertura para o Amazonas, Brasil e Europa. Houve numerosos choques militares ao longo dos anos (1978, 1981, 1991 e 1995). Ocorreram geralmente porque os postos militares de observação progressivamente se aproximavam e em dezembro de 1994 os serviços de inteligência do Peru descobriram que o Equador havia infiltrado bases na área litigiosa. Combates foram então travados nas vizinhanças do Cenepa, na confluência dos rios Santiago e Yaupi e cordilheira do Condor. A Declaração de Brasília, assinada em 28 de maio de 1998, reconheceu o território como peruano.

²⁷ Em 21 de agosto 2000, o presidente Alberto Fujimori e assessor de segurança Vladimiro Montesinos apareceram em público em uma entrevista à imprensa para anunciar o desmantelamento de uma rede internacional de tráfico de armas que se iniciava na Jordânia e terminava na selva colombiana de Vichada. Nos dias seguintes, revelou-se que a rede de traficantes era dirigida pelo próprio Montesinos, que os demais protagonistas da operação para a compra de 50.000 fuzis AK-47 (Kalashnikov, calibre 7.72, fabricados na Rússia) eram colaboradores do serviço de inteligência do Peru, SIN, e que em quatro vôos já haviam entre 10.000 armas a uma frente das FARC, na fronteira dos departamentos de Vichada e Guainia. A operação de contrabando de armas do Peru para as FARC tinha o propósito adicional de fortalecer a guerrilha: gerar uma escalada do conflito de modo a justificar uma intervenção militar estrangeira, para evitar a desestabilização do sul da Colômbia. *El Espectador*, Bogotá, 13.5.2001.

²⁸ Entre fevereiro e julho de 1999, foram feitos quatro lançamentos, em pára-quedas, em uma zona próxima de Barranco Minas, em Guainia, território colombiano, onde operava a Frente 16 das FARC, sob o comando de El Negro Acacio.

²⁹ O diálogo seguinte foi transcrito pelo jornal *El Espectador*, de Bogotá, na sua edição de 13.5.2001:

“El vladivideo 1487: invasión - El 21 de abril de 1999, Vladimiro Montesinos sostuvo una

reunión con el propietario de Global Televisión del Perú, Genaro Delgado Parker, durante la cual hizo afirmaciones en torno a la presunta operación de los Estados Unidos para ocupar el sur de Colombia. Esta es su versión: Delgado: -Yo el otro día vi que el Presidente tenía una charla en Washington.

Montesinos: -Sí, ¿sobre lo de Colombia? Claro, eso fue coordinado con los americanos.

Delgado: -Claro, pero pienso que detrás de esto está la idea de hacer una especie de NATO en América Latina.

Montesinos: -¿Sabes por qué no se puede hacer? Porque, en primer lugar, Mahuad no está de acuerdo. El loco de Venezuela, el Chávez, tampoco está de acuerdo. Y el único que apoya eso es Menem, pero Menem está muy lejos del escenario; y Cardoso tampoco quiere. Entonces, la única alternativa que tienen los americanos para solucionar el problema de Colombia es la invasión, que la van a hacer este año. Están preparando ellos medio millón de infantes de Marina para invadir Colombia y nos pidieron que el Presidente diera declaraciones porque ellos no pueden decirlo. Entonces, el Presidente hizo declaraciones en el Colegio Interamericano. Acá nosotros estamos tomando previsiones para cerrar toda la zona que tenemos, 1.600 kilómetros de frontera. Cuando los infantes de Marina ingresen, ¿qué van a hacer las Farc y los narcos? Se vienen al Perú. Y si nosotros no hacemos ahora el cierre de la frontera y adoptamos medidas de seguridad, nos trasvasan el problema para acá”.

³⁰ Após a queda Vladimiro Montesinos, Fujimori viu-se obrigado a convocar novas eleições para 8 de abril de 2001, mas essa iniciativa não evitou que a crise institucional se aprofundasse e ele viajou para o Japão, onde se homiziou e posteriormente enviou carta de renúncia à presidência, que o Congresso não reconheceu, preferindo destituí-lo.

³¹ Em 3 de agosto de 1998, três dias antes de assumir o governo, Andrés Pastrana esteve em Washington e sugeriu a Clinton que o governo norte-americano e os bancos financiassem uma espécie de Plano Marshall para Colômbia, visando a recuperar as zonas dedicadas ao cultivo de coca e possibilitar aos camponeses uma economia alternativa e rentável. Esta, aparentemente, foi a origem do Plano Colômbia, que tomou forma em setembro de 1999, obedecendo às linhas do Plan de Desarrollo, de Pastrana, e incorporando as diversas exigências norte-americanas, tanto políticas como econômico e militares, bem como o conteúdo do acordo com o FMI.

³² O Plano Colômbia previa um investimento de US\$7,5 bilhões, dos quais os EUA forneceriam US\$1,3 bilhão (incluindo US\$47 milhões como ajuda ao Equador), US\$4 bilhões seriam providos pelo Governo da Colômbia, US\$1.9 bilhão pela Europa e algumas instituições.

³³ Declaração, Brasília, 1º de setembro de 2000. AA.

³⁴ Kissinger, 2001, pp. 140-141.

³⁵ Id., *ibid.*, pp. 140.

³⁶ Id., *ibid.*, p. 145.

³⁷ A United Technologies produzia o poderoso helicóptero UH-60L Black Hawk, o Falcão Negro, e a Bell Textron procurava vender helicóptero UH-1H Huey. Ambas corporações investiram nas campanhas eleitorais dos EUA. Constava que, nas campanhas de 1996 e 1998, a Bell Textron deu uma contribuição de US\$ 551,816 ao Partido Republicano e US\$ 364,420 ao Partido Democrata; a United Technologies contribuiu com US\$ 362,340 para o Partido Republicano e US\$ 347,200 dólares para o Partido Democrata.

³⁸ Schoultz, Lars – **National Security and the United States Policy toward Latin America**. New Jersey: Princeton University Press, 1987, p. 215

³⁹ A superfície da Amazônia colombiana era da ordem de aproximadamente 400.000 km², quase uma nona parte da que o Brasil possuía na mesma região. Compreendia os Departamentos dos Amazonas, Caquetá, Guinia, Putumayo e Vaupes. Em comparação com o território total da Colômbia, a região amazônica representava 35% e sua densidade populacional atingia um nível de escassez ainda mais dramático do que no Brasil, situando-se em torno de 0,2 habitantes por km². A região, porém, era rica em petróleo, madeiras raras, plantas medicinais e borracha.

⁴⁰ O governo de Fujimori foi acusado de violações dos direitos humanos, de malversação financeira e de constantes perseguições à imprensa e a jornalistas. Montesinos, filho de um comunista que lhe deu o nome de Vladimiro Illich em homenagem a Lenin, estivera preso do regime do general Juan Velasco Alvarado (1968-1974) porque vendera segredos militares à CIA e por esta razão fora expulso do Exército como traidor. Trabalhou como advogado de altos oficiais das Forças Armadas e da polícia, acusados de graves delitos - negócio de drogas e contrabando. Em 1996, o narcotraficante Demetrio Chávez, conhecido como “Vaticano”, declarou ante os juízes que pagava suborno mensal de US\$ 50.000 a Montesinos para que lhe deixasse operar na selva. Segundo se revelou em Lima, contas secretas de Montesinos mostravam renda mensal de unos US\$ 250.000 dólares.



⁴¹ O escândalo do tráfico de armas, compradas à Jordânia e desviadas para FARC, em princípios de setembro de 2000, a fim de armar uma provocação para justificar a intervenção militar na Colômbia, abalou ainda mais a posição de Fujimori. Sarkis Soghanalian Kopelian, membro de uma família armênia de traficantes de armas, com nacionalidade turca, e antigo colaborador da CIA, também conhecido como “O Mercador da Morte”, confirmou publicamente que vendeu ao governo do Peru as armas compradas na Jordânia e das quais ele foi intermediário. Esse escândalo comprometeu Fujimori e desencadeou a instabilidade política, o que levou a secretaria de Estado, Madeleine Albright, a demandar que ele convocasse novas eleições, ao mesmo tempo em

e a pressionar o Panamá para dar asilo a Montesinos, a pretexto de que a sua saída do Peru facilitaria o processo democrático. Em outubro de 2000, cerca 1.100 km ao sul de Lima, perto da fronteira com o Chile e a Bolívia, ocorreu levante militar, liderado por um oficial chamado Ollanta Humala Tasso, exigindo a renúncia de Fujimori e a prisão e o julgamento de Vladimiro Montesinos. Após a queda Vladimiro Montesinos, Fujimori viu-se obrigado a convocar novas eleições para 8 de abril de 2001, mas essa iniciativa não evitou que a crise institucional se aprofundasse e ele viajou para o Japão, onde se homiziou e posteriormente enviou carta de renúncia à presidência, que o Congresso não reconheceu, preferindo destituí-lo.